

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE -----

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sede do S. Domingos Foot ball Club, em S. Domingos, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente-----

2. Ata -----

3. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia (efetivo) e um suplente, para o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). -----

4. Designação de um cidadão para a CPCJ de Santiago do Cacém. -----

5. Pareceres sobre a criação de freguesias no Município de Santiago do Cacém: ----

--- a) Projeto de Lei nº 711/XII – Criação da Freguesia de São Domingos; -----

--- b) Projeto de Lei nº 720/XII – Criação da Freguesia de Vale de Água; -----

--- c) Projeto de Lei nº 712/XII – Criação da Freguesia de Santa Cruz; -----

--- d) Projeto de Lei nº 716/XII – Criação da Freguesia de S. Bartolomeu da Serra; -----

--- e) Projeto de Lei nº 721/XII – Criação da Freguesia de Santiago do Cacém. -----

6. Ação conjunta dos cinco municípios do Litoral Alentejano –Acessibilidades – Estradas e Saúde. -----

7. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Apoio às freguesias do Município; -----

--- b) Regulamento do Cartão Municipal Sénior;-----

--- c) Regulamento de Trânsito da Cidade de Santiago do Cacém; -----

--- d) Alteração à Postura de Trânsito de Abela; -----

--- e) Alteração à Postura de Trânsito de Alvalade; -----

--- f) Alteração à Postura de Trânsito da Vila de Cercal do Alentejo; -----

--- g) Alteração à Postura de Trânsito de Vila Nova de Santo André.-----

8. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, José Manuel Guerreiro Neves, Nelson José Bento Raposo, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata. -----

Não compareceram os membros: João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida, João Saraiva de Carvalho, Rui Manuel Madeira dos Santos e Joaquim António Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores vereadores M^a Margarida Costa R.C. Santos, Norberto Valente Barradas, Francisco Carrajola de Sousa, Albano Joaquim Mestre Pereira, Paulo Jorge Gonçalves Gamito e Francisco Carrajola de Sousa. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

REALIZAÇÃO DA SESSÃO DESCENTRALIZADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – AGRADECIMENTOS-----

A Senhora Presidente procedeu à abertura dos trabalhos, começando por saudar os munícipes presentes e agradecer à Direção do S. Domingos Foot ball Club a cedência das instalações para a realização da sessão. -----

SUBSTITUIÇÃO DE ELEITOS NA PRESENTE SESSÃO-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o Senhor João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, eleito do PS, se fazia substituir, na presente sessão, pela Senhora Miriam Mills Mascarenhas que se segue na mesma lista, e que os senhores Rui Madeira, eleito da CDU, e Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, e Joaquim António Gonçalves, eleito da CDU, e Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, se faziam substituir nesta sessão, pelos seus substitutos legais, senhores Ricardo Matias e Virgílio Gonçalves, respetivamente.-----

ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA - PROPOSTA DE INCLUSÃO DE ASSUNTO-----

A Senhora Presidente colocou à aprovação da Assembleia a proposta de inclusão do seguinte assunto na Ordem do Dia: **“7. Parceria entre a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém e o Movimento Democrático de Mulheres, no quadro do projeto *As mulheres no/e pelo Poder Local Democrático.*”**-----

A **proposta foi aprovada, por unanimidade,** com a conseqüente **alteração** da numeração dos assuntos **na Ordem do Dia,** passando as **propostas da Câmara Municipal a constar como ponto 8. e a Atividade Autárquica como ponto 9.**-----

A PALAVRA AOS MUNÍCIPES-----

A Senhora Presidente concedeu, em seguida, a palavra ao Senhor Dinis Silva da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Litoral Alentejano, inscrito para o efeito, o qual começou por saudar os presentes na Assembleia Municipal descentralizada, referindo em seguida a importância da questão da reposição das freguesias do Município, agendada para a presente sessão, valorizando os projetos de lei apresentadas na Assembleia da República no sentido das freguesias voltarem a ficar tal como estavam antes da agregação imposta pelo Governo, considerando que a mesma era também uma forma de destruição dos serviços públicos e do Poder Local Democrático conquistado com o 25 de Abril de 1974.-----

Mais referiu que o Governo prosseguia com as medidas que visavam destruir o serviço público, pretendendo transferir para os municípios mais competências nomeadamente

nas áreas da Educação, Saúde, Segurança Social e Cultura, sobretudo aquelas que os negócios privados não consideram apetecíveis, e com o objetivo de reduzir o financiamento por parte do Estado a serviços que são fundamentais para a qualidade de vida das populações, passando toda a carga logística, financeira e até pedagógica, no caso do Ensino, para as autarquias locais, ao mesmo tempo que abre a possibilidade de entrega de alguns serviços ao setor privado. -----

Acrescentou que, no que respeitava a Cuidados Primários de Saúde no Município, era necessário o reforço de mais quarenta por cento dos enfermeiros atuais para dar resposta às necessidades existentes, e que o Hospital do Litoral Alentejano tinha apresentado um resultado positivo de sete milhões de euros, os quais resultavam nomeadamente do não pagamento de horas extraordinárias, de cortes em materiais essenciais para garantir a qualidade dos serviços prestados aos utentes, e do aumento das taxas moderadoras.-----

Acrescentou que era urgente denunciar estes aspetos “escuros” que revelam propósitos políticos pouco sérios e sem quaisquer preocupações de resolução dos problemas existentes, apelando a todos os autarcas que não aceitem a tentativa de transferência daquelas competências por parte do Governo.-----

Prosseguiu, referindo que outra questão que o tinha trazido a esta Assembleia, tinha a ver com a situação das vias rodoviárias no Município, nomeadamente o IP8/A26 e a via entre Santo André e Sines, saudando a iniciativa de protesto que tinha tido lugar no sábado, para a retirada dos pins e reposição da situação daquela via, bem como a reparação urgente do troço da estrada entre Alcácer do Sal e Grândola, cujo estado de degradação era inaceitável e revoltante pela insegurança que provoca, onde os acidentes são frequentes, atingindo níveis alarmantes nos últimos anos, acrescentando que se tratava de uma das principais ligações rodoviárias do País e que aquela estrada representava a única alternativa possível à A2, cujas portagens são exorbitantes e inoportáveis para a maioria das pessoas e empresas, o que tem levado a um aumento do fluxo de trânsito naquela via, agravando ainda mais este problema que o Governo, através da empresa Estradas de Portugal, tem a obrigação de resolver e já o devia ter feito, apelando à participação na marcha lenta de protesto entre Grândola e Alcácer do Sal, já divulgada, a qual terá lugar no dia vinte e sete do mês em curso, com concentração em Grândola, às dezassete horas. -----

Concluiu, referindo que as comissões de Utentes dos Serviços Públicos do Litoral Alentejano estavam solidárias com as populações, apoiando as iniciativas de protesto já realizadas e as que se irão seguir, para que o Governo tome as medidas que se impõem para a resolução daqueles problemas que se arrastavam no tempo, de forma inaceitável.

SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -----

O Senhor Jorge Magrinho, em representação dos eleitos da CDU, saudou os trabalhadores não docentes da Administração Pública que estiveram em greve, protestando para que seja reposta a jornada de trabalho de trinta e cinco horas semanais, pelo aumento dos salários, pela valorização das carreiras, pela colocação de mais trabalhadores, para assegurar a todos os alunos da comunidade educativa a utilização das reprografias e bibliotecas, contra a precariedade e pelo vínculo de efetivo, e contra a política de direita do Governo que está a por em causa a qualidade do ensino público, sendo que o caminho era a luta, e que a luta iria continuar. -----

SEGURANÇA NAS FREGUESIAS -----

O Senhor José Neves, eleito da CDU, questionou sobre o eventual encerramento, durante a noite, dos postos da GNR de Ermidas – Sado e de Alvalade, o que estará novamente a ser equacionado pelas entidades governamentais, considerando que se tratava de uma decisão incompreensível que punha em causa a segurança das pessoas naquelas e noutras freguesias do Município.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que voltava a ser colocada a questão daqueles postos da GNR passarem a funcionar das nove às dezassete horas, encerrando à noite, o que lhe foi confirmado pelo Comandante do Destacamento de Santiago do Cacém, o qual informou que a aplicação daquela medida estava somente dependente da aquisição de algum equipamento de comunicação, e que o Comandante Distrital iria informar a Câmara Municipal antes da mesma ser colocada em prática.-----

Acrescentou que este assunto já tinha sido por si abordado na Assembleia Municipal, no ano anterior, na sequência de uma reunião com o Senhor Secretário de Estado e com o Senhor Comandante da GNR, para os sensibilizar sobre a necessidade de reverter esta medida que punha em causa a segurança das populações. -----

Mais referiu que a solução de fundo que era preciso ser tomada para garantir a segurança em todo o Município, passava pelo reforço de efetivos, no sentido de assegurarem o funcionamento permanente dos postos e o patrulhamento em todas as freguesias, destacando elementos que estão afetos a serviços administrativos e a cuidar dos cavalos, tarefas que podem ser executados por outros profissionais.-----

Acrescentou que os postos da GNR nas freguesias de Alvalade e de Ermidas dispõem somente de sete efetivos cada, quando para além do território daquelas freguesias tem também de garantir a segurança nas freguesias de S. Domingos e Abela, sendo manifestamente insuficiente aquele número de efetivos, problema que não ficará resolvido somente com o reforço dos dois agentes que agora prestam serviço permanente, nos respetivos postos.-----

Referiu ainda que os órgãos Municipais e as populações terão de conjugar esforço para terem a força suficiente no sentido de reverter a situação, porque é mais uma medida que concorre para o abandono das populações do interior, às quais já foram retiradas escolas e cuidados de saúde e outros serviços públicos fundamentais.-----

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS -----

Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“Considerando que:-----

1- A C.R.P. - Constituição da República Portuguesa prevê que o “Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiaridade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública” (artigo 6º., nº 1).-----

2- A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.-----

3- A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos.-----

4- A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local. -----

5- O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de janeiro de 2015, constitui-se no seu objetivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos interadministrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem. -----

6- A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assumira como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

7- O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos. -----

8- A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas. -----

9- Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias. -----

10- Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a proteção civil ou a rede de serviços públicos. -----

11- O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização. -----

Os eleitos pela CDU, propõem à Assembleia Municipal, reunida na sessão ordinária de 20 de fevereiro de 2015 o seguinte: -----

. O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de janeiro de 2015; -----

. O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático; -----

. Apelar ao Congresso da A.N.M.P., a realizar em 27 e 28 de março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta

de contratos interadministrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a C.R.P. prevê.-----

Enviar a moção para: -----

-Associação Nacional de Municípios Portugueses -----

-Grupos Parlamentares da AR-----

-Primeiro-Ministro.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, manifestando a sua discordância sobre o teor da Moção, por considerar que o mesmo assentava num equívoco, porque não se tratava de delegação de competência, mas sim duma descentralização com base num contrato negociado entre o Estado Central e o Poder Local, cuja adesão era voluntária. Acrescentou que estava em curso a discussão do assunto com dez municípios que integravam um projeto-piloto, os quais irão receber as verbas necessárias para as competências em causa.-----

Mais referiu que lhe fazia confusão a posição da Assembleia Municipal sobre este assunto, embora já tivesse habituado a uma postura de imobilismo, quando havia mais de vinte municípios no processo de discussão do contrato, dois dos quais geridos pelo PCP. Acrescentou que a Assembleia e a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, eram livres para recusar aquelas competências, mas não tinha que impor a sua posição aos outros.-----

Referiu ainda não compreender o facto de se considerar que aquela medida era uma ingerência do Poder Local nas escolas, quando as autarquias estão mais próximas das populações e podem ter um papel importante na definição dos currículos escolares, o que lhe parecia fazer todo o sentido, acrescentando que não estavam em causa as competências dos agrupamentos escolares. -----

Referiu também que estavam previstas no Orçamento de Estado as verbas necessárias para dar cumprimento às competências que forem transferidas, o que se traduzirá num ganho para as autarquias. Acrescentou que a ANMP – Associação Nacional de Municípios ainda não tinha dado parecer positivo sobre este assunto, mas que o caminho a seguir era o da adesão voluntária dos municípios que queiram ter aquelas competências, acrescentando que não lhe parecia ajustado impor aos outros municípios uma decisão sobre o assunto.-----

O Senhor João Alberto Guerreiro referiu que gostaria de saber quais eram os municípios geridos pelo PCP que estavam interessados em receber as competências que o Governo pretendia transferir. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos informou que um deles era o Município de Constança. ----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que o conteúdo da Moção não se traduzia numa imposição aos outros municípios, tendo a mesma a ver com a posição dos seus proponentes e dos órgãos representativos do Município de Santiago do Cacém que a aprovarem, não percebendo a razão de tal interpretação, considerando que o debate político era feito no sentido de ganhar os outros para uma determinada posição e que, se assim não fosse, não seria necessário haver votação, e também não havia democracia. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu concordar com o que tinha sido dito pela Senhora Joana Filipe sobre este assunto, acrescentando que o mesmo tem sido discutido no âmbito da ANMP e que o Governo tem tentado aliciar os municípios, separadamente, para aderirem a esta medida, sendo que, daquilo que conhecia, o

Município de Sines, uma dos contactados para o efeito, não iria aderir e não existia nenhum município gerido pela CDU a participar neste processo. Mais referiu que até as câmaras municipais governadas por eleitos do PSD e do CDS – PP, partidos do Governo, não estavam a aderir, porque perceberam que se tratava de uma armadilha que iria prejudicar as populações locais.-----

Acrescentou que o Poder Local tinha a experiência do que era ser aliciado, por parte dos governos, para este tipo de medidas, e os resultados das mesmas, dando como exemplo a transferência da competência dos transportes escolares para os municípios, cujas verbas deixaram de ser transferidas de forma autónoma, para passaram agora a ser englobadas no Fundo Social Municipal, enquanto o Governo vai cortando nas transferências para as autarquias e impondo a consignação de receitas, como as do IMI, para amortizar dívidas à Banca, relativas a contratos que aquelas negociaram com *spreads* baixos, para depois, caso tenham que contrair novos empréstimos, serem obrigados a pagar *spreads* mais altos, considerando que estas medidas demonstram que o Estado Central, o Governo, não são pessoas de bem. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que a medida do Governo não era uma armadilha, recomendando a leitura do projeto - lei que regulamentava aquela matéria, onde está indicado que se trata de um contrato entre as partes com direitos e obrigações. -----

Relativamente à adesão dos municípios, referiu que tinha uma informação diferente daquela que foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual indica que mais de vinte municípios estão interessados nas competências em causa. -----

Acrescentou que o que foi dito se traduzia num discurso do imobilismo que já conhecia, e que o mesmo aconteceu quando foi da aprovação do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o qual foi muito contestado pelas autarquias geridas pelo PCP, sendo que, algumas vieram a aderir ao mesmo. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, começando por saudar a Assembleia Municipal pela realização da sessão ordinária descentralizada, em S. Domingos, deixando uma palavra de solidariedade e força ao Presidente da União de Freguesias de S. Domingos e Vale de Água, Joaquim Gonçalves, desejando as suas rápidas melhoras.

Relativamente ao assunto em discussão, referiu que, se os partidos que faziam parte do Governo e também outros partidos de governos anteriores quisessem descentralizar competências estariam a favor da Regionalização, a qual nunca quiseram, ao contrário da CDU e da população do Alentejo que se manifestou maioritariamente pela mesma. Acrescentou que era um acérrimo defensor da Regionalização, porque só ela garantia uma efetiva descentralização de competências e das verbas correspondentes, nomeadamente nas áreas da educação, saúde e acessibilidades. -----

Mais referiu que na atual organização administrativa do território, as empresas que operam no Complexo Industrial de Sines, pagam os impostos, em Lisboa, onde estão sediadas, em detrimento daqueles que nelas produzem e que sofrem as consequências das suas atividades, o que não era aceitável. -----

Referiu ainda que não era compreensível que sendo Portugal um dos países mais atrasados da Europa, não tenha até hoje optado pela regionalização como os outros fizeram. -----

Interveio novamente o Senhor Pedro do Ó Ramos, referindo que a maioria dos eleitores do Município de Santiago do Cacém votaram contra a Regionalização.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a

favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. Quatro abstenções de eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Miriam Mills Mascarenhas e Vera Lúcia da Costa Violante. Três votos contra dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----
Ausência temporária de dois eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira e Nelson José Bento Raposo.-----

**DIA INTERNACIONAL DA MULHER – PROPOSTA DE SAUDAÇÃO-----
Pela Senhora Teresa Alves, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Saudação: -----**

“A poucos dias de comemorar, no próximo dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém pretende saudar todas as mulher pela passagem da data em que se comemora a sua luta em defesa dos seus direitos e intervenção em favor da igualdade e contra a discriminação. -----

A história do Dia Internacional da Mulher não é formada por um único acontecimento, mas sim por muitos factos e situações a que as mulheres foram sujeitas, especialmente a partir do momento em que as mulheres ganham consciência da sua situação. Há no entanto, na história um acontecimento que simboliza a força e determinação das mulheres no combate às desigualdades de que são vítimas. -----

Corria o ano de 1857. Operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, desencadearam uma grande greve. Ocuparam a fábrica e reivindicaram melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga horária de 16 para 10 horas, equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com violência extrema. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Em 1910, durante uma conferência internacional de mulheres, na Dinamarca, foi decidido que o dia 8 de março passaria a ser o Dia da Mulher, em homenagem às mulheres que perderam a vida na luta por uma vida melhor. -----

Só no ano de 1975 foi consignado pela Assembleia-geral das Nações Unidas, Ano Internacional da Mulher (AIM). A 7 de janeiro desse ano, uma Resolução do Conselho de Ministros presidido por Vasco Gonçalves ratificava a sua celebração em Portugal “considerando o alto significado e a atualidade dos objetivos que o Ano Internacional da Mulher se propõe atingir, nomeadamente a eliminação das discriminações de direito e de facto em relação às mulheres, o incremento da participação das mulheres na transformação social”. -----

Volvidos 40 anos entendemos importante revigorar os objetivos do AIM trazendo à nossa memória coletiva a leitura dos propósitos políticos que animavam a Revolução de abril, propósitos que não foram cumpridos e alguns deles terão sido esquecidos. Na

verdade, se há 40 anos a situação de discriminação das mulheres era uma preocupação para o Governo, hoje o governo não se pode ficar por meros discursos desculpabilizantes pois as suas políticas têm consequências que agravam a situação das mulheres portuguesa. Não bastam palavras. São precisos atos que promovam a igualdade e não que agravem a desigualdade e a discriminação. -----

São reconhecidas as vexatórias e injustas discriminações no trabalho, o menosprezo pela função social da maternidade/paternidade, as remunerações e carreiras discriminatórias que trazem humilhação à maioria das mulheres de todas as gerações e profissões. São elas que usufruem os mais baixos salários, reformas e pensões. -----

São elas que sofrem materialmente, mas também a vergonha de viverem a penúria, a pobreza e a fome da família. Pese embora o grande valor demonstrado pelas mulheres, a sua reconhecida competência e qualidade no exercício das suas atividades profissionais e da sua crescente participação política, na verdade o desemprego e a precariedade do emprego, a não evolução na carreira, o congelamento e redução dos salários, a desregulação dos horários, acarretam mau estar, desanimo, desalento e mesmo revolta, em todas as dimensões das suas vidas e traduz um enorme retrocesso social e civilizacional. Porque é fundamental que o governo assuma as medidas políticas e orçamentais que ponham fim à indignidade e humilhação das mulheres. -----

O Dia Internacional da Mulher, nos dias de hoje, não pode passar unicamente pela oficialização da efeméride à escala planetária. Ele tem que ser um dia de discussão do papel da mulher na sociedade, de conjugação de esforços para diminuir e, um dia, terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. -----

Muito já foi conquistado, que é preciso defender. Muito há ainda para conquistar! -----

Porque, como diz Maria Velho da Costa,-----

Elas souberam dizer salário igual e creches e cantinas.-----

Elas vieram para a rua de encarnado.-----

Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água. -----

Elas gritaram muito. Elas encheram as ruas de cravos.-----

a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida em sessão no dia 20 de fevereiro de 2015, saúda todas as mulheres, e as do concelho de Santiago do Cacém em particular, formulando votos de que possam manter a coragem e a persistência para continuar a luta pela sua dignidade, pela igualdade de oportunidades e pelos direitos plenos que lhes devem ser reconhecidos em todas as matérias.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Ana Raquel Hilário, eleita do PSD, referindo que considerava importante fazer uma saudação às mulheres nesta data, mas não podia deixar de reparar numa alegação que era feita na mesma, de que os direitos das mulheres reconhecidos havia quarenta anos estavam agora em causa, por considerar que a mesma era grave e não era verdadeira, tendo em conta que o País dispunha de legislação ao nível da promoção da igualdade de género que é uma das melhores da Europa, reconhecida como uma boa prática. -----

Acrescentou que a nível do Litoral Alentejano tinha sido recentemente constituída a Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Litoral Alentejano, com protocolo assinado, na Sala de Sessões do Município de Santiago do Cacém, com várias organizações públicas e privadas que se obrigaram a trabalhar estas questões. Por outro lado, informou que foi também aprovado o projeto da Associação *Intervir.com* entre os oito projetos aprovados a nível nacional, para terem continuidade a nível do Gabinete de Apoio às vítimas de violência doméstica. -----

Mais referiu que nos últimos anos tem sido desenvolvidas muitas iniciativas de promoção da igualdade de género, com o apoio do Fundo Social Europeu, para sensibilização, intervenção e formação neste âmbito, e que existiam imensos apoios financeiros para os planos municipais para a igualdade, o que era de salientar. -----

Acrescentou que, hoje, no país, as mulheres estavam mais salvaguardadas em termos de igualdade de género, do que alguma vez tiveram, embora ainda haja muito por fazer. ---

Referiu também que as estatísticas europeias revelam que a nível salarial as mulheres auferem menos vinte por cento do que os homens, sobretudo na atividade privada, porque a nível político, do Estado, esta situação estava salvaguardada. -----

Mais referiu que uma em cada quatro mulheres era abusada sexualmente no casamento ou numa relação de união de facto, o que correspondia a um nível de violência doméstica muito grave e que era preciso inverter. -----

Referiu ainda que tem sido exemplar o caminho feito em Portugal neste âmbito, e que, apesar do que ainda estava por fazer, considerava importante salientar o que tem vindo a ser feito de positivo, e o facto de no País existir uma vontade política forte e empenho nesta matéria, o que tem sido reconhecido pelas instituições europeias.-----

Concluiu saudando todas as mulheres presentes pelo seu empenho na causa pública. ----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referiu que gostaria de partilhar uma reflexão que faz muitas vezes em privado, a e qual tinha a ver com o facto de todas as vezes que era mencionada, em voz alta, a palavra feminismo, em vários contextos, quase sempre são feitos comentários jocosos e pouco apropriados que não fazem justiça às personagens femininas do País e do Mundo que com a sua luta conseguiram conquistas importantes, fazendo o caminho para a igualdade de género. -----

Mais referiu que eram poucas as mulheres que num contexto público se assumem como feministas e muitíssimo menos as que o fazem no seu local de trabalho, como todos os dias pode testemunhar no setor bancário onde trabalha. Acrescentou que, fazendo parte de uma comissão de trabalhadores, recebendo informação relativa aos salários, qualificação e outros dados de género, tem constatado que apesar das mulheres serem mais qualificadas elas recebem quinze a vinte por cento menos do que os homens.-----

Referiu ainda estranhar que, perante esta realidade, se pense que o feminismo não faz sentido quando é algo mais necessário que nunca, pelo que convidou todas as mulheres presentes para afirmarem com orgulho o seu feminismo, para passarem esta mensagem, continuarem a lutar e nunca vacilarem. -----

Interveio novamente a Senhora Raquel Hilário, referindo dispor de dados que indicam que no Litoral Alentejano, em geral, e no Município de Santiago do Cacém, em particular, houve um aumento muito elevado do desemprego masculino, superior ao aumento do desemprego feminino, por causa da queda do setor da construção e do abrandamento das obras no complexo industrial de Sines. Mais referiu que se tinha vindo a registar um ascendente do emprego feminino que resultava do facto de já não estar vedado às mulheres o desempenho de algumas profissões, como acontecia anteriormente. -----

Referiu ainda que gostaria de convidar o Executivo Municipal a aderir ao “Dia Municipal para a Igualdade de Género, Cidadania e Desenvolvimento”, que será assinalado no dia vinte e quatro de outubro, com base num projeto a nível nacional que compreendia iniciativas locais de informação e sensibilização, ao qual a Câmara Municipal de Grândola já aderiu. -----

Interveio o Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, referindo que se associava à Saudação à Mulher, acrescentando que no Partido Socialista existia o departamento das mulheres e

que o mesmo liderava na questão da paridade, o que era revelador da importância que o PS dava às questões da igualdade de género. -----

Mais referiu que, se as mulheres tivessem uma maior preponderância na política nacional e local as coisas correriam melhor, acrescentando que embora tenha havido uma evolução, todos os dias são transmitidas, pelos órgãos da comunicação social, notícias de violência doméstica, de mulheres assassinadas, e todos sabem que muitos maridos não deixam as mulheres trabalharem para que não adquiram independência económica e continuem a depender deles, sendo que, à violência física exercida sobre as mulheres acresce ainda a violência psicológica, a qual também era uma realidade. -----

Referiu ainda que não bastava apregoar que se defendia a igualdade de género, e que era preciso que essa igualdade fosse praticada e que sejam denunciadas todas as situações de discriminação e de violência física e psicológica exercida sobre as mulheres, das quais se tenha conhecimento, considerando que todos devem trabalhar em prol da igualdade.-----

Concluiu, saudando todas as mulheres presentes e todas aquelas que tem coragem de assumir esta luta. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor**, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira e Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Miriam Mills Mascarenhas e Vera Lúcia da Costa Violante, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, e três abstenções dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Ana Raquel Hilário foi declarado que o sentido de voto dos eleitos do PSD tinha somente a ver com o facto de na Saudação se referir que os direitos da mulher tinham regredido, nos últimos quarenta anos, com o qual discordavam.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de dezembro de dois mil e catorze até vinte de fevereiro de dois mil e quinze. -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata nº 06, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 19 de dezembro de 2014. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, solicitando uma correção da sua intervenção, na página quatro da ata.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora presidente colocou a **ata** a votação, com a alteração referida, a qual foi **aprovada, por maioria**, com seis abstenções dos senhores Hugo Ferreira, José Sucena, António Isidoro, Isabel Contente, Virgílio Gonçalves e Ricardo Matias, por não terem estado presentes. -----

3. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia (efetivo) e um suplente, para o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). -----

O Senhor António Albino, eleito da CDU, apresentou a seguinte **proposta: Jaime António Pires de Cáceres**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, **efetivo**. **Carlos Jorge Canário Parreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas Sado, **suplente**. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, **por voto secreto**, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, quatro votos brancos e um voto contra. -----

4. Designação de um cidadão para a CPCJ de Santiago do Cacém. -----

Pelo Senhor Vítor Paulo Barata, eleito da CDU, foi proposto designar a cidadã **Maria José Estevens Rocha**, com a profissão de Secretária de Direção, natural de Beja e residente em Santiago do Cacém, para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, **por voto secreto**, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor e seis votos brancos. -----

5. Pareceres sobre a criação de freguesias no Município de Santiago do Cacém. ----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a seguinte **“PROPOSTA: Dar pareceres favoráveis sobre a criação de freguesias no Município de Santiago do Cacém: -----**

a) Projeto de Lei nº 711/XII – Criação da Freguesia de São Domingos; -----

b) Projeto de Lei nº 720/XII – Criação da Freguesia de Vale de Água; -----

c) Projeto de Lei nº 712/XII – Criação da Freguesia de Santa Cruz; -----

d) Projeto de Lei nº 716/XII – Criação da Freguesia de S. Bartolomeu da Serra; ----

e) Projeto de Lei nº 721/XII – Criação da Freguesia de Santiago do Cacém. -----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o exposto nos respetivos projetos de Lei, da iniciativa do Partido Comunista Português (PCP).” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. Quatro abstenções de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva

Rico e Miriam Mills Mascarenhas, e três votos contra, dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Ausências temporárias de duas eleitas do PS, senhoras Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, foi feita a seguinte declaração de voto: “A agregação de freguesias ocorrida recentemente estava prevista no memorando de entendimento celebrado com a denominada *troika*. Constava no mesmo que Portugal teria de agregar freguesias e municípios, não tendo o Governo avançado com a agregação de municípios, mas somente de freguesias, havendo na altura quem temesse pelos serviços prestados às populações e até que houvesse alguma perturbação da paz social, o que não se verificou, tendo aquela medida sido concretizada, sem que se tenham verificado alterações na relação dos fregueses com as suas respetivas freguesias.” -----

6. Ação conjunta dos cinco municípios do Litoral Alentejano –Acessibilidades: Estradas e Saúde. -----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a seguinte

“PROPOSTA DE MOCÇÃO -----

A REDE VIÁRIA E O ACESSO À SAÚDE PREOCUPAM OS AUTARCAS DO LITORAL ALENTEJANO-----

O estado de degradação a que algumas vias que servem o Alentejo Litoral chegaram, o número de acidentes que ali têm ocorrido, a falta de conclusão ou de definição de vias estruturantes (IP8 e IC33) e a intensificação do aumento do tráfego levaram os Presidentes das Assembleias Municipais de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines a reunir-se e a agendar algumas ações, com o objetivo de exigir do Governo o cumprimento dos seus compromissos, efetuando obras urgentes no troço que liga Grândola a Alcácer do Sal e reiniciando, rapidamente, as obras no IP2 e na A26/IP8, do Alentejo, paradas desde 2011. -----

Desde 2012, o IC1 não tem qualquer intervenção. Nas obras do IP2 e da A26/IP8 já foram gastos muito milhões de euros e a forte degradação gerada pelo abandono das obras leva a gastos suplementares, inadmissíveis, quando o país se encontra em crise, (e tantos sacrifícios têm sido pedidos às populações!...) traduzindo-se, em mais um desperdício de dinheiros públicos.-----

Preocupa-nos, sobretudo, a segurança de quem utiliza estas vias todos os dias, face ao estado em que mesmas se encontram, à falta de sinalização, aos pinos no meio da via, ao estado tão degradado em que ficaram muitos caminhos rurais, tornando-se intransitáveis. -----

A descaracterização da paisagem provocada pela erosão acelerada dos taludes, o abandono dos estaleiros, os pilares de betão no meio do traçado da futura autoestrada, mais parecem “construções fantasma” que desagradam a quem vive nesta região e aos seus visitantes, com o impacto bastante negativo na economia local.-----

Preocupa-nos também a ausência de uma política pública de desenvolvimento desta região que apesar de se situar no litoral e de inegáveis condições continua a perder o seu mais importante recurso: as pessoas.-----

Uma rede de estradas não é um mero rasgo na paisagem, é um instrumento para o desenvolvimento e uma forma de aproximar as pessoas, garantindo a sua permanência no território.-----

Paralelamente a tudo isto é lamentável o acesso aos cuidados de saúde no Hospital do Litoral Alentejano. É importante referir que, embora a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64º, proclame que “todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover” e explicita ainda que o direito à proteção da saúde é realizado “através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”, nos últimos anos, isto não se tem verificado. -----

Os mais idosos e os mais pobres têm vindo a perder o acesso aos medicamentos, às consultas ou aos tratamentos que lhes são vedados por falta de rendimentos. -----

As longas esperas nas urgências, a falta de médicos e enfermeiros, o envio de utentes para Lisboa para efetuarem exames, levando a muitas horas de deslocação, são alguns, de entre muitos, dos problemas que nos preocupam. -----

A Portaria 82/2014 classifica os hospitais do Serviço Nacional de Saúde em Grupos de I a IV, ficando o Hospital do Litoral Alentejano integrado no Grupo I. Esta ordenação restringe, ainda mais, os cuidados de saúde ali prestados, pois vai reduzir os recursos disponíveis que já são tão escassos, prevendo-se o encerramento de alguns serviços de especialidades médicas, obrigando os utentes a deslocarem-se, ainda com mais frequência, para Setúbal ou Lisboa, com todos os inconvenientes associados, ou mesmo a Évora, cidade com a qual não dispomos de serviços de transportes públicos ou rede de estradas direta e em condições.-----

O Estado tem o dever de garantir as melhores condições a todos os cidadãos! -----

Assim, propomos:-----

1. A apreciação e aprovação da moção;-----

2. A participação da Assembleia nas iniciativas conjuntas que venham a ser concertadas para divulgação destes objetivos, designadamente a realização da reunião conjunta das cinco assembleias municipais, para aprovação de documento estratégico regional. -----

3. O envio ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, à Sr.ª Presidente da Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, às Comunidades Intermunicipais do Baixo Alentejo (CIMBAL) e do Alentejo Litoral (CIMAL). -----

A Senhora Presidente informou ainda que o texto desta moção seria apresentado nas assembleias municipais dos cinco municípios do Litoral Alentejano, conforme o acordado pelos respetivos presidentes, acrescentando que a mesma se inseria num conjunto de ações a desenvolver pelos cinco municípios, as quais serão oportunamente divulgadas, com o objetivo de exigir, a quem de direito, a resolução dos problemas em causa.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, começando por referir que concordava com a tomada de posição das autarquias no que respeitava às estradas, mas discordava de algumas afirmações que eram feitas relativamente à questão da saúde, por não lhe parecerem corretas, nomeadamente quando se refere que a Portaria 82/2014 que classificou o Hospital do Litoral Alentejano no Grupo I, vai permitir o encerramento de serviços, o que não era verdade, tendo sido já desmentido pela Administração do Hospital através da Comunicação Social, acrescentando que até estava prevista mais uma valência, a de Psiquiatria. -----

Mais referiu que os eleitos do PSD estavam disponíveis para aprovar a proposta de Moção no que dizia respeito à questão das estradas, mas não podiam concordar com a

afirmação sobre a redução das valências naquele Hospital, por considerarem que não era verdadeira, sugerindo a alteração do texto nesta matéria. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por saudar a iniciativa dos cinco presidentes das assembleias municipais do Litoral Alentejano sobre estes assuntos. -----

Sobre a questão da Saúde, deu conhecimento de que recebeu um comunicado da Unidade de Saúde Local e uma informação da Comissão de Utentes sobre a Portaria mencionada, tendo também recebido dois elementos da Ordem dos Médicos do Sul, a pedido dos mesmos, os quais lhe manifestaram a sua preocupação sobre aquela legislação que abre a possibilidade de virem a ser retiradas algumas valências àquele Hospital. -----

Relativamente à situação das estradas, informou que os cinco presidentes de Câmara do Litoral Alentejano tinham reunido, recentemente, com o Senhor Ministro da Economia e o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, tendo sido informados de que a concessionária das obras do IP8, Estradas da Planície, teria obtido o financiamento necessário para reiniciar as obras, o que estava previsto para o mês em curso. Recordou que também no início do ano transato a empresa Estradas de Portugal informara que aquelas obras iam ser reiniciadas, o que até agora não se concretizou. -----

Acrescentou que o senhor Ministro os informara que a ligação a Beja não seria concretizada e que as obras abandonadas, as quais transmitem a imagem de um cenário de guerra, era para manter, não estando prevista qualquer intervenção, admitindo apenas uma intervenção na via entre Relvas Verdes e Grândola, a norte, e na via entre Santo André e Sines, a concretizar pela concessionária até ao primeiro semestre de dois mil e quinze, e que, se não o fizessem, seria resgatado o contrato e as Estradas de Portugal assumiriam as obras. O que o levou a questionar aquele responsável do Governo sobre a razão desta medida não ter sido já tomada, deixando que aquela situação se arrastasse no tempo, havia mais de quatro anos, originando acidentes mortais e a indignação das pessoas, tendo o Senhor Ministro respondido que as EP não tinham tido condições financeiras para o fazer, e, logo a seguir, recomendou ao Senhor Secretário do Estado para diligenciar no sentido da resolução deste problema. -----

Referiu ainda que o Senhor Ministro da Economia também informou que a intervenção na via entre Grândola e Palma estava prevista no Plano de dois mil e quinze a dois mil e dezassete, não indicando qual a data do seu início. -----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que a Comissão de Utentes tem feito um trabalho sério e honesto no qual era de confiar, ao contrário do Governo e outras entidades da Administração Central que só tem mentido e faltado à palavra dada. -----

Sobre a alteração do texto da Moção sugerida pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, a Senhora Presidente referiu que se tratava de uma proposta conjunta dos cinco presidentes, cujo texto tinha sido devidamente ponderado, pelo que, não lhe parecia correto fazer qualquer alteração à mesma. -----

Mais referiu esperar que o Senhor Pedro do Ó Ramos tivesse razão e que não se venha a perder nenhuma valência no HLA. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves,

José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva Rico, Miriam Mills Mascarenhas, Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganso Filipe, e três abstenções, dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. --- JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, justificou o seu sentido de voto por discordar do conteúdo da Moção relativamente à Portaria 82/2014, por considerar que ao contrário do que era afirmado ela permite a criação de mais valências e não o encerramento de serviços.-----

7. Parceria entre a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém e o Movimento Democrático de Mulheres, no quadro do projeto *As mulheres no/e pelo Poder Local Democrático*. -----

APRESENTANTE: Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

PROPOSTA: Aprovar a Parceria entre a Assembleia Municipal e o Movimento Democrático das Mulheres – MDM para concretização do projeto *As mulheres no/e pelo Poder Local Democrático*, a desenvolver no Município de Santiago do Cacém. ---

FUNDAMENTOS: **1.** Esta parceria decorre da proposta apresentada pelo MDM à Assembleia Municipal de Santiago do Cacém para o desenvolvimento conjunto do projeto *As mulheres no/e pelo Poder Local Democrático*. -----

2. O projeto tem como objetivo mobilizar as mulheres para a participação cívica e política, através da reflexão sobre a participação das mulheres no Poder Local Democrático e da identificação das alterações que este introduziu na vida das mulheres.

3. O projeto prevê a promoção de um encontro de mulheres que participaram e participam no Poder Local do Município de Santiago do Cacém, aberto a toda a população, antecedido pela realização de reuniões com as mulheres que são e foram eleitas nos órgãos autárquicos do Município, a realizar em todas as freguesias. O encontro culminará com uma homenagem às mulheres eleitas desde 1976. -----

4. O encontro deverá realizar-se no dia 23 de maio de 2015, no âmbito das comemorações do dia do Poder Local Democrático que tem lugar no dia 20 do mesmo mês, dia em que, no ano de 1984, encerraram os trabalhos do congresso constituinte da Associação Nacional de Municípios Portugueses.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que tudo o que contribuísse para mobilizar as pessoas para a sua participação cívica devia ser motivo de regozijo. ---

A Senhora Presidente convidou todos os eleitos para participarem no Grupo de Trabalho que irá prepara esta iniciativa.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

8. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) **Apoio às freguesias do Município;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia

Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias a atribuir em 2015, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações: -----

Apoio para Freguesias

(VALORES EM EUROS)

JUNTAS	Correntes	Capital	Total
Abela	3.776	3.332	7.108
Alvalade	5.510	4.565	10.075
Cercal	8.486	5.127	13.613
Ermidas	6.677	2.984	9.661
Santo André	6.618	8.341	14.959
São Francisco	3.826	1.552	5.378
União Santiago Cacem,S.Cruz e S.Bartolomeu	15.464	9.297	24.761
União São Domingos e Vale Agua	4.432	5.023	9.455
TOTAL	54.789	40.221	95.010

FUNDAMENTOS: De facto: 1. As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;-----

2. Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais; -----

3. Estas autarquias recebem transferências da administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

4. Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas; --

5. Importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia. -----

6. Tendo em conta que se encontram ainda em preparação e discussão os acordos de execução que irão permitir a transferência de verbas para o exercício das respetivas atividades;-----

7. Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 dotações que englobam os apoios ora em causa.-----

De direito: Artigo 33.º n.º1, alínea ccc) e artigo 25.º n.º1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, dois de eleitos do PS, senhores Nelson José Bento Raposo e Miriam Mills Mascarenhas, três dos eleitos do PSD senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos,**

António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da leita do BE Senhora Joana Margarida Ganso Filipe. Três abstenções de eleitos do PS, senhores Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

Ausência Temporária do Senhor Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, eleito do PS. -

--- b) Regulamento do Cartão Municipal Sénior;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Regulamento do Cartão Municipal Sénior.* -----

FUNDAMENTOS: 1. A Câmara Municipal, em reunião ordinária de 09/10/2014 deliberou submeter a apreciação pública, de acordo com o disposto no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias, contados a partir da data da publicação do Edital, o Projeto de Regulamento do Cartão Municipal Sénior para efeitos de recolha de sugestões de todos os interessados. A consulta pública decorreu de 30 de outubro de 2014 a 28 de novembro do mesmo ano. -----

No âmbito desta consulta pública, foi rececionado uma sugestão de uma munícipe, no dia 14 de novembro de 2014, para alteração da denominação do Cartão Municipal Sénior para Cartão Municipal Viver +, com os fundamentos que se transcrevem "Assim, tendo em conta que o cartão em causa se destina a pessoas de todas as idades e não só aos seniores, julgo que o nome deveria ser alterado. Proponho **Cartão Municipal Viver +** pois é exatamente isso que se pretende, isto é, fomentar a integração em atividades de âmbito cultural, recreativo e desportivo: viver e conviver mais e com mais saúde”. -----

De acordo com os fundamentos apresentados pela munícipe, não terá a mesmo interpretado corretamente o fim a que se destina o Cartão e os respetivos destinatários, já que o cartão não se destina a todas as idades, pelo que não houve concordância na aceitação da sugestão da munícipe.-----

2. Alínea k) do n.º1 do art.º 33 e alínea g) do n.º 1 do artigo 25 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleia do BE, questionando se não se ia optar pela designação de *Cartão Municipal Viver +*, tendo em conta a componente de incapacidade, a qual não tinha a ver com a idade.-----

Mais referiu que no documento não era feito qualquer tipo de alusão à capacidade financeira das pessoas, pelo que, qualquer sénior poderá ser beneficiário, independentemente do seu rendimento.-----

Acrescentou que era louvável fomentar a participação das pessoas seniores na vida cívica, minimizando o seu isolamento, mas considerava que era importante associar aos benefícios previstos no Regulamento a componente da mobilidade, dado que se tratava de um dos principais problemas desta facha etária, tendo em conta as baixas reformas, os custos dos transportes e as distâncias entre as freguesias do interior e a sede do Município.-----

Questionou também sobre o processo de divulgação desta iniciativa e da forma de obtenção do cartão por parte dos interessados, dado que não estavam indicados os locais onde o podem obter, perguntando se não seria útil o seu envio pelo correio, evitando a deslocação dos beneficiários à sede do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não se tinha optado pela designação do cartão que foi referida, tendo em conta que a mesma fora sugerida partindo de um pressuposto errado no que respeitava ao universo dos destinatários do mesmo.-----

Relativamente à capacidade financeira dos beneficiários do cartão, considerou que eram baixos os rendimentos da maioria dos idosos do Município, e que a introdução de condicionantes com base nos mesmos constituiria uma sobrecarga burocrática, difícil de gerir, a qual podia por em causa a iniciativa. -----

Em relação à componente mobilidade, informou que no artigo sétimo do Regulamento estava prevista a possibilidade de adesão a entidades do Município que queiram participar com descontos e benefícios em produtos ou serviços, o que poderá vir a acontecer por parte da empresa Rodoviária, tal como acontece com o transporte ferroviário no caso dos seniores que atinjam a idade de reforma.-----

Sobre o processo de obtenção do cartão, informou que esta situação tinha ficado em aberto, porque estão sendo avaliada as possibilidades existentes, no sentido de se prestar este serviço aos cidadãos com a maior proximidade possível, como acontece com outros serviços públicos que a Autarquia presta, nomeadamente nas freguesias e com recurso a meios técnicos de reprodução e envio dos documentos. -----

Mais informou que também ia ser criado o Cartão Municipal Jovem. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

--- c) Regulamento de Trânsito da Cidade de Santiago do Cacém; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento de Trânsito da Cidade de Santiago do Cacém.* -- **FUNDAMENTOS:** Alínea K), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e Artigo nº 117 e 118 do Código do Procedimento Administrativo.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Ana Raquel Hilário Nunes, eleita do PSD, referindo ter dúvidas sobre a opção do estacionamento na Rua da Sociedade Harmonia, e sobre o critério do sentido obrigatório de descer e não de subir no acesso ao Largo do Pelourinho. -----

Referiu também a questão da perda de prioridade na confluência da Rua Vasco da Gama com a Rua da Boavista, sendo esta estreita e com uma grande inclinação, pelo que devia ter prioridade, implicando também a colocação de espelhos para orientação de quem vem da Rua Vasco da Gama. -----

Mais referiu que na Rua, em frente à Escola Frei André da Veiga, não foi tida em conta a proposta da Comissão de Pais do Agrupamento de escolas, para que a circulação se fizesse somente num sentido, tendo em conta a afluência de trânsito na entrada e saída dos alunos, o que causa problemas de segurança aos mesmos, sendo que aquela Comissão propunha que a entrada se fizesse a partir da estrada de Santa Cruz com saída pela Rua 1º maio.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a elaboração do Regulamento tinha como base pressupostos técnicos e que o mesmo tinha sido iniciado no mandato anterior, estudado e aprofundado, acrescentando que nestes processos surgem sempre entendimentos diferentes.-----

Relativamente ao sentido único na Rua junto à Escola Frei André da Veiga, informou que o assunto tinha sido discutido no âmbito do Conselho Municipal de Segurança e que a Câmara Municipal bem como a GNR discordaram da proposta da Comissão de Pais, tendo em conta que existe estacionamento junto à mesma, o qual fica vazio. Acrescentou compreender a preocupação das pessoas, em deixar e recolher as crianças o mais perto possível da portaria, sendo que um só sentido facilitaria o estacionamento em segunda fila, o que na prática estava a acontecer, sem que seja permitido.-----

Mais referiu que se tratava de hábitos que não eram fáceis de alterar, tendo em conta a resistência das pessoas à mudança. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou em seguida a palavra ao Senhor Arquitecto António Ferreira, para prestar alguns esclarecimentos de ordem técnica, o qual começou por informar que na Rua da Sociedade Harmonia se optou pela obrigação do sentido a descer, por ser mais favorável, e que a entrada pela Rua Condes de Avilez foi também uma opção técnica. -----

Relativamente à Rua Vasco da Gama referiu que era prioritária, tendo em conta a sua dimensão, e que a circulação era difícil para quem subia a Rua da Boavista, por falta de visibilidade, acrescentando que era difícil o funcionamento dos espelhos naquele local, tendo em conta que devido à largura da Rua Vasco da Gama, o espelho ficava longe do ponto correto, podendo criar uma situação ilusória de segurança. Mais referiu que quem circulasse de nascente para poente perdia a prioridade, e que foram testadas várias soluções para aquele ponto, o qual era complicado para o cruzamento de viaturas. -----

Em relação à Rua junto à Escola Frei André da Veiga, referiu que a mesma foi projetada para ter dois sentidos, e estacionamento dos dois lados, funcionando tecnicamente melhor desta forma, acrescentando que a alteração sugerida obrigaria todo o trânsito a seguir para a Estrada de Santa Cruz. -----

Interveio a Senhora Isabel Contente, eleita da CDU, referindo que o trânsito junto à Escola André da Veiga era uma preocupação constante e que existiam muitos lugares de estacionamento no local, mas que, grande parte das pessoas, querem colocar as crianças dentro Escola, se possível, considerando que a questão tinha a ver com hábitos e mentalidades. -----

Acrescentou concordar com os dois sentidos do trânsito naquele local, referindo também que havia condutores que não respeitavam os peões, informando que, no dia em curso, teve de segurar uma criança que ia avançar na passadeira, para que não fosse apanhada por uma viatura. -----

Mais referiu que também no acesso à Escola Secundária Manuel da Fonseca, se assistia a filas e engarrafamentos constantes nas horas da entrada e da saída dos alunos, estes de catorze e mais anos, porque os pais os levavam até à porta da escola, quando os podiam deixar junto à Rotunda ou junto ao Auditório, evitando aquelas situações, considerando que era necessário mudar este tipo de mentalidades. -----

Interveio novamente a Senhora Raquel Hilário, referindo concordar que os pais têm de ser sensibilizados para a forma como conduzem naquele local, no sentido de evitar a confusão que se gera junto do portão da Escola. Acrescentou que já tinha sido feita uma ação de sensibilização, mas não surtiu efeito.-----

Mais referiu que continuava a achar que a Estrada de Santa Cruz era uma entrada com segurança, mas respeitava a opinião técnica.-----

Referiu ainda que era difícil o acesso ao Largo do Pelourinho, admitindo que se venham a registar muitos problemas na circulação do trânsito naquele local.-----

Relativamente à Rua Vasco da Gama referiu compreender a questão dos espelhos, nada tendo a opor. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maior com vinte votos a favor**, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, um da Senhora Miriam Mills Mascarenhas, eleita do PS, um do Senhor António Isidoro, eleito do PSD, e um da Senhora Joana Filipe, eleita do BE, e sete abstenções, sendo cinco de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante, e dois dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

--- **d) Alteração à Postura de Trânsito de Abela;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes alterações à **Postura de Trânsito de Abela:** -----
“ ..

Rua Nova/Rua do Barranco -----

Passa a ser permitida a circulação nos dois sentidos. -----

FUNDAMENTOS: PONTO UM – Decorridos os prazos legais para a consulta pública, cujo término ocorreu no dia 19-12-2014, e sem que tenha havido qualquer participação, sugestão ou contestação à referida alteração, a alteração à Postura referida em apreço encontra-se em condições de ser aprovada por parte do órgão competente para o efeito. -----

PONTO DOIS - Alínea k), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e Artigos nº 117º e 118º do Código do Procedimento Administrativo. “ -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. -----

Seis abstenções dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas. -----

--- e) **Alteração à Postura de Trânsito de Alvalade;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes alterações à **Postura de Trânsito de Alvalade:** -----
“ ..-----

Largo Francisco José Morais: -----

É proibido o estacionamento no sentido Poente-Nascente, entre a rua José Afonso e o Largo Francisco José exceto o tempo indispensável para efetuar cargas e descargas. -----

Av.ª General Humberto Delgado: -----

É proibido o estacionamento no sentido Poente-Nascente, entre a Rua Dr. Gabriela Pascoal Fernandes e a Rua Catarina Eufémia exceto o tempo indispensável para efetuar cargas e descargas. -----

Estacionamento condicionado para cargas e descargas, nos dias úteis das 8 às 19 horas, junto do n.º 73, no parque de estacionamento sito a Nascente da Rua José Afonso.” -----

FUNDAMENTOS: PONTO UM – Decorridos os prazos legais para a consulta pública, cujo término ocorreu no dia 19-12-2014, e sem que tenha havido qualquer participação, sugestão ou contestação à referida alteração, a alteração à Postura referida em apreço encontra-se em condições de ser aprovada por parte do órgão competente para o efeito. -----

PONTO DOIS - Alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Artigos n.º 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo. “ -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. -----

Seis abstenções dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas. -----

--- f) **Alteração à Postura de Trânsito da Vila de Cercal do Alentejo;** -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

“**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes alterações ao **Regulamento de Trânsito de Vila de Cercal do Alentejo:** -----
“ ..-----

Artigo 7.º -----

7 – Rua 25 de Abril -----

É proibido o estacionamento, entre o n.º 2 e o n.º 8 exceto o tempo indispensável para efetuar cargas e descargas. -----

12 - Largo dos Caeiros -----

É proibido o estacionamento, entre o n.º 78 e o n.º 84 exceto o tempo indispensável para efetuar cargas e descargas. -----

15 - Rua do Cerco da Ordem -----

É proibido o estacionamento no lado Poente do arruamento entre o n.º 24 e o n.º 56” ----

FUNDAMENTOS: PONTO UM - Decorridos os prazos legais para a consulta pública, cujo terminus ocorreu no dia 19-12-2014, e sem que tenha havido qualquer participação, sugestão ou contestação à referida alteração, a alteração à Postura referida em apreço encontra-se em condições de ser aprovada por parte do órgão competente para o efeito. -

PONTO DOIS - Alínea k), do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e Artigos n.º 117º e 118º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contento, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. -----

Seis abstenções dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas. -----

--- **g) Alteração à Postura de Trânsito de Vila Nova de Santo André.**-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

“**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes alterações à Postura de Trânsito de Vila Nova de Santo André: -----

“ ..

Rua da Liberdade: -----

Trânsito proibido no sentido Poente-Nascente, após a confluência com a Rua Herculano Saraiva. -----

Rua Herculano Saraiva: -----

Proibido voltar à esquerda para a rua da Liberdade. -----

Rua do Rosmaninho: -----

Trânsito Proibido no sentido Poente-Nascente, após a confluência com a Rua das Amendoeiras e Rua da Alfazema. -----

Rua das Amendoeiras: -----

Proibido voltar à esquerda para a Rua do Rosmaninho. -----

Rua do Norte: -----

Um lugar para deficientes junto ao Passeio dos Rosais. -----

Rua do Mar: -----

Um lugar para deficientes junto ao Bloco 1.1. -----

Rua dos Caniços: -----

Um lugar para deficientes no parque de estacionamento junto à Escola Básica n.º 4.” ----

FUNDAMENTOS: Alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Artigos n.ºs 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Rui Estevam de Matos, Ricardo Matias, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, um da eleita do PS, Senhora Miriam Mills Mascarenhas, três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da eleita do BE, Senhora Joana Filipe. -----
Cinco abstenções de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Nelson José Bento Raposo, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

9. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de outubro, novembro e dezembro de dois mil e catorze.* -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro da atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

PROJETO ATREVE-TE -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por questionar se ainda estava ativo o projeto *Atrave-te*, referido no documento, porque estava convencida de que o mesmo já tinha terminado, dado que na pesquisa que fez no *site* da Câmara Municipal, a última entrada registada datava de dois mil e nove.-----

O Senhor Presidente informou que todos os anos tem sido desenvolvidas iniciativas de jovens no âmbito daquele projeto, cujas verbas são contempladas no orçamento da Câmara Municipal, sendo que as iniciativas tem também contado com o apoio logístico da Autarquia.-----

1ª FEIRA SANTIAGO EMPREENDE E CONCURSO DE IDEIAS -----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionou sobre o valor do prémio atribuído à ideia empreendedora, com a colaboração de uma entidade bancária. -----

Questionou também o facto de ao mesmo tempo decorrer o Concurso de Ideias Inovadoras com o mesmo objetivo. -----

O Senhor Presidente informou que o primeiro prémio patrocinado pela Caixa de Crédito Agrícola da Costa Azul era de quinhentos euros, sendo que ao projeto vencedor era também disponibilizado um espaço, gratuitamente, e num determinado período de tempo, no Centro de Acolhimento de Empresas do Município, em Santo André. -----

Acrescentou que para além da Caixa Agrícola da Costa Azul, houve outras entidades parceiras na iniciativa, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional

(IEFP), A Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), o Instituto Piaget e a Associação de Desenvolvimento do Alentejo Litoral (ADL). -----
Mais referiu que o Concurso de Ideias tinha decorrido antes e que se entendeu associar as duas iniciativas com a apresentação dos resultados do mesmo naquela Feira. -----
Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que se tratava de um montante baixo para iniciar um negócio, nos tempos que correm, considerando que a entidade patrocinadora podia ter sido um pouco mais generosa.-----
Questionou ainda se os concorrentes acharam que o prémio era importante para impulsionar o seu projeto de negócio. -----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que era positivo todo o apoio que pudesse ser dado, mas que ninguém iria iniciar uma atividade contando somente com a verba do prémio, acrescentando que o objetivo do Concurso era o de impulsionar a criação de ideias inovadoras, informando que o mesmo teve uma adesão muito significativa. -----

1º FESTIVAL DA ENGUIA DA LAGOA DE SANTO ANDRÉ -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referiu que era de salientar o sucesso desta iniciativa da Câmara Municipal que contou o apoio da Junta de Freguesia de Santo André, à qual aderiram sete restaurantes que tiveram cheios, em todos os dias do Festival, tendo sido esgotadas as enguias na Lagoa. -----
Acrescentou que se tratou de mais uma iniciativa do Poder Local Democrático que ajudou o setor da restauração, divulgou um produto local, promoveu o turismo da região, bem como a Freguesia e o Município, e com a qual todos ficaram a ganhar. -----
Mais referiu que haverá alguns aspetos a corrigir, outros a desenvolver, e que a iniciativa se deverá repetir. -----
Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, para louvar publicamente aquela iniciativa pelo sucesso obtido, considerando que foi importante para a promoção do produto e do Município.-----
Mais referiu que era de prosseguir com a iniciativa, e que numa próxima edição devia ser tida em conta a questão do esgotamento do produto, porque virão ainda mais pessoas, acrescentando que talvez fosse de reduzir o número de dias do Festival. -----
O Senhor Jaime Cáceres referiu que todas as sugestões para melhorar a iniciativa eram bem-vindas, acrescentando que devem ser chamadas mais pessoas para participarem, nomeadamente os pescadores de Santo André, com os quais é preciso conversar, para garantir a venda do produto na Freguesia, durante festival, considerando que, com a experiência adquirida, aquele festival poderá vir a ser uma referência no País. -----
O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta primeira edição do Festival serviu também para uma aprendizagem de todos os que nele participaram. Acrescentou que os restaurantes não pagaram nada para aderirem à iniciativa, da qual retiraram benefícios, e que até os que não aderiram beneficiaram, porque também encheram, dada a grande afluência de pessoas de todo o País e até de Espanha.-----
Mais referiu que haverá algumas situações que tem de ser revistas e que a sensibilização dos pescadores era importante.-----
Concluiu, referindo que se tratou de uma iniciativa positiva que resultou também de um bom trabalho de divulgação por parte dos técnicos dos Serviços de Comunicação da Câmara Municipal e dos órgãos da Comunicação Social. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e quatro horas.-----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

